



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha: \_\_\_\_

Visto: \_\_\_\_

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2025- PMA**  
**(Processo Administrativo Nº 167/2025 – PMA)**

**OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA, ORÇAMENTARIA, FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA”**

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO**

**DAS PRELIMINARES**

Trata-se de impugnação interposta pela empresa **L.S.C ASSESSORA E CONSULTORIA TÉCNICA EIRELI**, *solicitando a inclusão, no edital, da exigência de registro nos respectivos conselhos profissionais para todos os integrantes da equipe técnica elencada*

**DA TEMPESTIVIDADE**

Publicado o instrumento convocatório com previsão de início do certame no dia 15/08/2025, a empresa apresentou impugnação no dia 08/08/2025.

Dessa forma, nos termos do item 11.1 do Edital do Pregão Eletrônico, do art. 16 do Decreto nº. 1108 de 2024 e o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 a impugnação apresentada pela referida empresa foi tempestiva.

**DAS ALEGAÇÕES E DO PEDIDO**

Em breve resumo, a Impugnante suscita dúvidas sobre eventuais irregularidades do Edital Pregão Eletrônico em epígrafe sob as seguintes alegações:

*A impugnante alega que há divergência entre as exigências do item 3.3, alínea “a”, e dos itens 6.1.3 e 6.1.3.2 do edital, no que se refere à composição e à comprovação da qualificação técnico-profissional da equipe multidisciplinar. Sustenta que, enquanto o item 3.3 exige a presença de profissional de Contabilidade, Administração e Advocacia, o item 6.1.3 restringe a comprovação de inscrição no respectivo conselho apenas ao profissional de contabilidade. Assim, entende que todos os profissionais elencados na equipe deveriam ter obrigatoriamente a comprovação de registro nos respectivos conselhos de classe no momento da habilitação, devendo o edital ser retificado.*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBÉ**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha:

Visto:

## **DA ANÁLISE DO MÉRITO**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a exigência, dentre os documentos de habilitação, de registro no conselho de classe responsável pela fiscalização da atividade para o profissional, encontra amparo no art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

***I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;***

Veja que o legislador condicionou a exigência de apresentação de profissional registrado no conselho no **momento da habilitação** apenas quando desse profissional for exigido atestado de responsabilidade técnica. O §1º do mesmo artigo dispõe que os atestados serão restritos às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto licitado.

A atividade contábil se enquadra nessa categoria, portanto, passível de exigência de atestado de capacidade técnica e por conseguinte de solicitação de registro no CRC do Contador. Quanto aos profissionais de Advocacia e Administração, não houve solicitação de atestado de responsabilidade técnica, inexistindo, portanto, previsão legal que justifique a exigência de registro em conselho já na fase de habilitação

Quanto a alegada contradição entre os itens 6.1.3 e o item 3.3.a (leia-se 3.4u), é preciso esclarecer que o item 3.4u trata dos profissionais e registro relativo à **execução dos serviços**, enquanto o item 6.1.3 do termo de referência trata dos documentos a serem apresentados na **fase de habilitação**. A indicação, no termo de referência, da composição mínima da equipe de execução não implica, necessariamente, que todos os profissionais precisem apresentar, na fase de habilitação, a comprovação documental de registro em conselho de classe, sendo obrigação apenas para a fase de execução contratual, podendo a empresa vencedora contratar tais profissionais caso se sague vencedora do certame, evitando assim onerosidade excessiva sobre os licitantes.

Tais disposições não afrontam, em qualquer aspecto, os princípios da isonomia ou da transparência do certame. Pelo contrário, exigir já na fase de habilitação a apresentação dos registros profissionais de todos os integrantes da equipe poderia restringir a competitividade, pois limitaria a participação de empresas que, embora ainda não contem com todos os profissionais contratados, possam vir a contratá-los em caso de vitória, mediante compromisso formal.

## **DECISÃO**

Face ao exposto, com base nos princípios inerentes ao processo licitatório, nas disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolve julgar **IMPROCEDENTE** a impugnação interposta pela empresa **L.S.C ASSESSORA E CONSULTORIA TÉCNICA EIRELI**, e, mantendo-se o edital inalterado, bem como o prazo para realização da sessão.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE APERIBE**  
**SETOR DE LICITAÇÃO**



Proc: \_\_\_\_/202\_\_

Folha:

Visto:

Aperibé, 12 de agosto de 2025

**Marcos Paulo dos Santos Montozo**  
Pregoeiro